

Tarifas e Previdência, os maiores problemas do governo.

Recuperar as tarifas públicas defasadas sem deixar os preços dispararem é o maior problema do ministro Mailson da Nóbrega para cumprir seu programa de fim de governo — e entregar o cargo a seu sucessor tendo evitado que o País chegue à hiperinflação. A opinião é de auxiliares próximos do ministro, que apontam outro perigo, ainda potencial, para o equilíbrio das contas públicas no segundo semestre do ano — um eventual “buraco” na caixa da Previdência Social nos meses de agosto ou setembro.

Os auxiliares de Mailson não esperam problemas em outras áreas, confiando na eficácia dos instrumentos do governo para contornar pressões. Na área de gastos do Tesouro, por exemplo, a Lei 7.730 só permite gastar o que for arrecadado, e não será mais difícil cumprir essa determinação no segundo semestre do que foi no primeiro. “A pressão maior já passou”, afirma o secretário do Tesouro Nacional, Luiz Antônio Gonçalves, o homem que administra o dia-a-dia das contas do governo.

O esforço do primeiro semestre resultou num corte de 29% nos gastos ordinários do governo (custeio da máquina pública e investimentos), segundo o documento distribuído pelo ministro Mailson da Nóbrega aos empresários com quem conversou na semana passada, para tentar desfazer o clima de “hiperinflação inevitável” que assusta a sociedade. Luiz Antônio Gonçalves acredita que será possível até folgar um pouco nesses gastos se for mantida a evolução positiva da receita pública — em junho o governo arrecadou 21% a mais do que as estimativas.

“De qualquer forma, a arrecadação condiciona os gastos”, ressalta o secretário do Tesouro. Ele não quer fazer qualquer previsão sobre o comportamento das receitas da Previdência Social, que alguns assessores de Mailson consideram um risco potencial de descontrole no segundo semestre. “Até agora, não bateram na minha porta para pedir dinheiro, nem apresentaram qualquer previsão de ‘buraco’ no segundo semestre”, diz Gonçalves.

Fontes da própria Previdência, por seu lado, acham que o equilíbrio do sistema é garantido até agosto, mas não podem fazer previsões sobre setembro porque não têm ainda como estimar os gastos de agosto em diante. A

Previdência também acusa uma melhora sensível na arrecadação, a partir de junho, que por enquanto os técnicos atribuem ao esforço de combate à sonegação que o Iapás iniciou em maio. O sistema teve um superávit de caixa de NCz\$ 380 milhões no primeiro semestre, e uma arrecadação real 11% maior do que a do 1º semestre de 88.

Esses resultados garantiram o pagamento dos benefícios em julho e permitem a previsão de que em agosto também não haverá déficit, dizem os técnicos. A dúvida é só setembro, porque em outubro começarão a entrar na caixa da Previdência os recursos obtidos com o aumento da alíquota do Finsocial, de 0,5 para 1%, e da contribuição das empresas, que passou em média de 20 para 22% da folha salarial.

Tarifas

Já as tarifas públicas são um problema certo, reconhecem os assessores de Mailson. O governo terá de recuperar as defasagens, para não piorar a situação das empresas estatais, e ao mesmo tempo controlar os efeitos desses aumentos sobre a taxa de inflação. A idéia é tornar público um cronograma de aumentos para cada tarifa, a partir do que o governo considera a defasagem real delas. “Não há defasagem de 100% como quer a Eletrobrás, por exemplo”, garante o auxiliar de Mailson.

O cronograma, que deverá ser divulgado nesta semana, prevê

aumentos mensais de 2 a 5% reais (acima da inflação), num período de seis a sete meses. O novo governo encontraria portanto às empresas estatais com seus preços recuperados, embora ainda com os investimentos fortemente contidos. “Não há como manter os investimentos planejados numa situação dessa, nem faz sentido financiá-los exclusivamente com as tarifas”, tem dito o próprio Mailson.

Na área externa, o governo considera que a centralização de câmbio consegue manter os apertos sob controle. “Só pagaremos o que for possível”, dizem os assessores do ministro, repetindo o argumento usado para os gastos correntes. Setembro será o mês mais crítico, com pagamentos concentrados de cerca de US\$ 3 bilhões, dos quais US\$ 2,3 bilhões apenas para os bancos credores privados.

Da mesma forma, na dívida pública os auxiliares de Mailson consideram a situação tranquila, uma vez que o governo só está emitindo papéis para rolar a própria dívida e os avais de dívidas externas de Estados e municípios. A concentração maior de vencimento de títulos públicos é em novembro, revelam os auxiliares do ministro. Mas garantem que isso não quer dizer nada em termos de risco para o governo. Só se o Tesouro começasse a emitir dívida nova haveria risco de rejeição pelo mercado, afirmam os técnicos.

Armando Mendes/AE - Brasília